

# Fogo de encontro

FERNANDO PEDREIRA



Alguém terá jamais visto uma "filipeta" que não acabasse estourando, como bolha de sabão? Eis uma palavra que não está no dicionário, embora defina uma

forma de vigiar bastante bem conhecida, nacional e internacionalmente. O termo "filipeta" vem, entre nós, de um certo capitão ou coronel Felipe que, há uns tantos anos, ganhou fama vendendo a crédito automóveis "zero" com extraordinários descontos.

Os preços eram muito atraentes, os carros também, ele vendia cada vez mais e amortizava as dívidas anteriores com o volume cada vez maior de dinheiro novo que ia recebendo dos novos compradores. Até que um dia... Há tipos diversos de filipetas. O governo brasileiro, por exemplo, de Delfim Netto para cá, especializou-se na venda de títulos. Pagava empréstimos antigos com novos empréstimos, cada vez maiores a juros cada vez mais altos. E gastava cada vez mais.

Fez isso, primeiro, com a dívida externa, até o estouro (provocado pela quebra do México) em 1982. Concentrou-se, depois, no plano interno e foi aumentando o diâmetro e a velocidade do seu maelstrom financeiro até o alucinado paroxismo dos últimos anos. Era uma insânia que não podia durar e não podia acabar bem. O que levou tanta gente boa e inteligente a participar dela e até a tomá-la a sério foram alguns poucos fatores de peso.

Em primeiro lugar, não havia alternativa; a própria inflação obrigava quem tinha recursos a pô-los no over... ou na Suíça. As pessoas eram forçadas a aplicar no mercado aberto e, assim, a confiar nele. Em segundo lugar, a filipeta financeira tinha o aval do Tesouro nacional (embora soubéssemos todos que o Tesouro estava falido) e a garantia da palavra

dos nossos estadistas, economistas e ministros — esses inefáveis e admiráveis ministros que tomavam às vezes a aura de santos verdadeiros, como o último, frei Mailson, rodando piedosamente sua guitarra.

Nem o aval do Tesouro (falido) nem a compunção dos burocratas, entretanto, podiam evitar por muito tempo mais o desfecho natural da filipeta. O que fez agora o presidente Collor foi apenas se antecipar ao desastre iminente, deflagrando por decreto um meio-desastre, um "fogo de encontro", uma hecatombe parcial, controlada, que serviu para esvaziar a outra, natural e muito maior, que viria com a hiperinflação.

O presidente agiu com grande coragem, sem dúvida, mas o fato é que, se não agisse, a bomba estouraria nas suas mãos, reduzindo a cacox em pouco tempo sua credibilidade, seu governo e a economia do País — e isso **sem preservar as camadas mais numerosas e pobres da população**, como se pôde fazer agora, graças à sua intervenção.

A hiperinflação que estava a um passo (está ainda, se falharmos agora) transformaria em cinzas, não 80%, mas 100% dos ativos em cruzados novos, provocaria quebra-geral, desemprego em massa, caos social e político. Diante dela, o preço que pagamos agora, com a mini-hecatombe do pacote, não parece caro.

Na verdade, tanto discutimos a inflação e suas causas, durante estes anos todos, que acabamos esquecendo o beabá, o básico, elementar. O que é inflação, afinal? Inflação é excesso de moeda, excesso de dinheiro em relação à massa de bens disponíveis. Há dinheiro demais e mercadorias ou produtos de menos. até agora, uma quantidade de dinheiro em circulação (os diversos tipos de moeda) equivalente a cerca de 40% do célebre Produto Interno Bruto (PIB), isto é, do total de bens e serviços que o País produz por ano. A economia estava encharcada, empapada de dinheiro, e a guitarra do governo não parava de rodar cada vez mais depressa, para rolar uma dívida que crescia cada vez mais velozmente.

## O advento da hiperinflação justificava opções ousadas

O que o pacote fez foi, basicamente, drenar a economia, bloqueando e anulando pouco menos de quatro quintos da enorme massa de cruzados novos à disposição da sociedade, na verdade concentrados nas mãos de uma pequena minoria de cidadãos. O quinto restante, cerca de 10% do PIB, deve ser suficiente para permitir que a economia continue a funcionar normalmente, embora o Banco Central possa sempre abrir um pouco mais sua torneira, mais adiante, caso necessário.

A alternativa "gradualista", menos dolorosa, preferida pelos menos audazes, seria tentar (mais uma vez) reduzir um mínimo os gastos públicos e as emissões, e esperar que a elevação de preços e salários, e o eventual crescimento da produção, acabassem consumindo o excesso de moeda. Essa alternativa, diante das dimensões da inundação, tornara-se simplesmente inócua e ilusória.

Há quem acredite, hoje, que o novo governo cortou demais. A verdade, entretanto, é que não se tira câncer pela metade. A boa técnica cirúrgica ensina que é preciso extirpar tudo e, em caso de dúvida, errar por mais, nunca por menos. O cirurgião não podia correr o risco de ter de trazer o paciente, outra vez, para a mesa de operações, daqui a um mês ou dois, e desmoralizar-se como Menem, na Argentina.

Aprovado o pacote pelo Congresso (tal como foi aprovado pelo povo e pelo País), o governo disporá (de fato, já dispõe) dos meios para corrigir pequenas injustiças, reparar danos desnecessários e, eventualmente, reinjetar recursos para encurtar ou suavizar um quadro recessivo. E é aí, precisamente, como adverte mestre Simonsen, que pode residir o perigo.

O Brasil não é Alemanha nem os brasileiros são (todos) alemães. Depois de tantos e tantos anos de consumo da droga, a heroína inflacionária pode não estar mais na econo-

mia, mas continua na cabeça dos brasileiros e, muito especialmente, no sangue das suas elites dirigentes. Qualquer excesso, qualquer frouxidão do BC, e o velho dragão estará de volta. O que precisamos, ao contrário, é de um período de reeducação necessariamente duro e austero (à moda da senhora Thatcher) e mais ou menos longo.

Quanto às demais medidas do pacote — o enxugamento da máquina oficial, a privatização e o resto —, elas são, sem dúvida, indispensáveis, mas são complementares. O alicerce do Plano Collor, aquilo que permite e garante seu êxito, é o corte drástico da liquidez — cujo nível precisa agora ser cuidadosamente mantido pelo governo, com unhas e dentes.

Vai dar certo? Estes primeiros dez dias do Plano, desde a sexta-feira, 16, foram inquietos, confusos e angustiados, como muito raramente se terá visto entre nós. Há pessimismo e desalento, mesmo entre os mais lúcidos. A confiança no presidente é grande. Mas o remédio é amargo e a dose, difícil de engolir. A falha terrível do pacote não está no seu conteúdo, mas no modo incompetente como foi apresentado e na maneira tatibitate como está sendo aplicado pelo BC e pelos bancos.

Fernando Collor tem os defeitos de suas qualidades. Sua desmesurada autoconfiança o fez cercar-se de auxiliares tecnicamente capazes, mas inexperientes, e o levou a lançar um plano de magnitude e da complexidade deste, sem cuidar de preparar com antecedência (e competência) sua apresentação ao País, sua explicação detalhada, sua **propaganda** — assim como a aplicação prática das primeiras medidas, que acabaram nas mãos de funcionários (e bancários) que, quase sempre, não sabiam o que fazer nem como fazer.

Esses erros custaram caro à população, e ao próprio plano. Esperemos que as coisas melhorem, a partir de abril, e que Indiana Collor aprenda a lição e se mostre, no futuro, cada vez menos Indiana e cada vez mais Collor. É isso aí.